

RELAÇÕES DE GÊNERO E FORMAÇÃO SUPERIOR NA UPE – MATA NORTE

Katarina Oliveira de Moura

Estudante do curso de Licenciatura em Letras da UPE (katarinamoura21@gmail.com)

Patrícia Formiga Maciel Alves

Universidade Estadual de Pernambuco – UPE/ Mata Norte. (patriciafmalves@hotmail.com)

Cristiane Leal R. Soares.

Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE Cristiane.30@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A despeito de todas as transformações sociais ocorridas desde o final do século XX, continuamos vivendo num mundo ainda sexista, definido como uma ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica, aparecendo assim o feminino como complementar do masculino pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural. Por esta razão, a presença feminina nos cursos de nível superior esteve sempre restrita as chamadas carreiras “tradicionais” (Carvalho, 1988). Isso se deve a existência tanto no imaginário coletivo, e até mesmo das próprias mulheres, de estereótipos, que as fazem distanciarem de algumas opções consideradas não apropriadas para o sexo feminino.

Em estudo recente que realizamos junto aos alunos de Nazaré da Mata, dos cursos de História, Pedagogia, Matemática, Geografia, Letras e Biologia, numa amostra de 150 alunos, apareceram cursos com predominância feminina, o que não é novidade, tais cursos foram: Pedagogia com 92% de mulheres, Letras com 72% e História com 81,1%. Contrariando algumas pesquisas que apontavam para a diminuição da estratificação sexual das carreiras como coloca Madeira (1997), mesmo na atualidade, parece existir uma tendência a manutenção das carreiras “femininas”, especialmente nos cursos de formação de professores.

Queremos confirmar se há esta permanência de mulheres nos cursos de magistério. Nosso objetivo é identificar e analisar a participação de homens e mulheres no ensino superior, a partir do exame do acesso de estudantes à Universidade de Pernambuco, campus – Mata Norte. Partimos assim das seguintes questões: Como anda a inserção de homens e mulheres no ensino superior da UPE - Nazaré da Mata? Que curso pode ser considerado mais “feminino” ou “masculino”? Por que cursos como o de Pedagogia, e Letras possuem um alunado majoritariamente feminino? Porque o curso de Matemática aparece como opção masculina? A presença das mulheres nestes cursos citados indica que elas ainda estão em desvantagem em relação aos homens, ou seja, mantendo “seu lugar” na sociedade, por isso o interesse em carreiras de baixa valorização social.

METODOLOGIA

A base de análise do trabalho é a categoria relações de gênero, que caracteriza homens e mulheres uns em relação aos outros, e as representações que se fazem dessas relações, que não são estanques, mas dinâmicas. No que se refere aos procedimentos de pesquisa a serem utilizados ao longo do desenvolvimento deste projeto priorizamos a coleta de dados através de fontes secundárias. Assim, demos início a nossa pesquisa junto à escolaridade as fichas dos alunos que ingressaram na UPE, campus Mata Norte, nos semestres 2018.1 e 2018.2 e ainda

estenderemos nossa pesquisa aos semestres de 2019, a fim de identificarmos tal contingente de alunos. Faremos a opção pela complementaridade entre método qualitativo e método quantitativo. O bom método é aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar respostas para suas perguntas, ou seja, desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo dependendo de sua proposta. A importância dos números se dá porque eles representam uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são, tratando-se, portanto de duas formas de comunicação diferenciadas, devendo ambas convergir para a mesma meta anunciada aproximar-se o mais possível da realidade a que se propõe a discutir.

A INSERÇÃO DA MULHER NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO

Com a expansão das oportunidades educativas as mulheres têm adquirido maior capacidade para reconhecer as especificidades e restrições dos contextos sobre os quais se desenvolve sua vida e enfrentar suas próprias situações. As oportunidades educativas abriram novas perspectivas de vida para as mulheres, como observam Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2003). Isto se deveu ao fato de que aquelas mulheres que tiveram acesso ao ensino deixaram de se preparar apenas para o casamento, e passaram a projetar e participar de atividades satisfatórias que lhes proporcionassem o próprio sustento, ou que lhes permitam “viver uma vida própria”, individualizada.

Nos estudos de Beck e Beck-Gernsheim (2003), sobre as transformações da condição feminina, eles retomam as formas de vida feminina no século XIX e XX na Europa, e nos informam que “Viver uma vida própria”, é negar a então vocação das mulheres que consistia anteriormente na permanente disposição em “viver para a família”, renunciando a si mesmo. Compreendem que a situação atual é bastante distinta daquela verificada no passado. Hoje, as mulheres têm alcançado cada vez mais espaço na concretização de objetivos próprios, tem tido expectativas de vida para além da esfera familiar. Apesar de que, continuam sendo delas a maior carga das tarefas familiares.

Tendo em vista o notório conjunto de transformações na vida social, Beck e Beck-Gernsheim (2003), concluem que as mulheres passaram a viver na contemporaneidade “a ética da realização pessoal”. Em busca destas desenvolveram formas criativas de lidar com diversas atribuições, construindo sua própria biografia. A biografia feminina assim deixou de ser um dado, para ser uma tarefa, e construí-la tem seus benefícios e riscos:

Arcar com as consequências dessa tarefa, faz parte do jogo social. “Viver uma vida própria” envolve, pois, aceitar a responsabilidade dos infortúnios pessoais e dos acontecimentos não previstos. Se de um lado uma vida própria significa liberdade, de outro, diz respeito a maior exposição ao risco. Nesse sentido a formação educacional e profissional é indispensável (BECK E BECK-GERNSHEIM, 2003, p.57)

Mas paralela a esta liberdade de viver a própria vida, as mulheres persistem na busca por profissões que as mantém próximas a família, exercendo o papel de “tias”, como são as licenciaturas. A mulher sempre desempenhou posições relacionais fixadas no jogo das diferenças com os demais integrantes da família - esposa, mãe, dona de casa - que a subjetividade da mulher brasileira vem sendo historicamente construída (MACHADO, 2009).

As regras do sistema educacional brasileiro configuravam-se sob um modelo de modernização, centrado na manutenção de valores tradicionais destinados a conservação das desigualdades de gênero e de classe, admitindo assim a seletividade de nossa modernidade. Dizia respeito a processos de permanências de bases tradicionais ao mesmo tempo em que se abria à modernidade. Confirmando a existência do que Domingues (2004) denomina de “modernização conservadora”, ou seja, o percurso de mudanças, de aceitação do “novo” de

forma combinada com o controle prevalecente das classes dominantes e de suas hierarquias, eis aqui, mais uma vez, as bases dos nossos dilemas.

A história social das mulheres (SILVA, 1987) conta que apenas as meninas das famílias mais abastadas tinham condições de frequentar a escola. Preferencialmente aquelas vinculadas às instituições religiosas, cuja moral pregada pelo catolicismo na época, condenava a coeducação entre os sexos. Além das escolas religiosas, havia também as escolas normais, destinadas a preparar professoras primárias. Uma das mais prováveis atividades profissionais designadas às mulheres.

De acordo com Louro (2008, p. 455), tais escolas no Brasil tinham algumas características: “seus corredores e salas, a capela ou o crucifixo, as bandeiras ou os retratos das autoridades, os quadros de formaturas ou os bustos de personalidades ilustres estão afirmando ou ocultando saberes, apontando valores e exemplos, sugerindo destinos”. O cotidiano nessas escolas era dividido entre aprendizados escolares, que compreendiam os conteúdos das disciplinas curriculares com vistas à formação de professoras, e também incluíam aulas de “prendas domésticas”, etiqueta, assim como orientação religiosa. Como observou Louro (2008), em seu trabalho sobre mulheres na sala de aula na passagem do século XIX ao XX, estes espaços caracterizavam-se profundamente pelo caráter disciplinador, que marcaram intimamente as experiências das mulheres, através de uma série de rituais, símbolos e doutrinas. Esse modelo de educação destinado às mulheres impedia entre as meninas a construção de um campo de possibilidades de vida mais autônomo e não apenas vinculada à família.

No entanto, apesar de todo controle e direcionamento educacional com vistas à manutenção dos tradicionais papéis femininos, concordamos com Egito (2008, p.134), na ideia de que, aquelas possibilidades de educação representaram um “deslocamento importante na direção de levar as meninas para o espaço público e tirá-las do confinamento do mundo doméstico”. Permitindo-lhes, apesar de todas as restrições, formular novos projetos de vida e novas rotas biográficas, para além daquelas tão somente ligadas ao casamento e a maternidade. Tal modelo educacional sustentou-se por todo século XX, muito embora, especialmente após os anos 1950, com o maior impulso da indústria no Brasil, passou a concorrer com outras possibilidades de educação menos tradicionais, que possibilitaram às mulheres maiores chances de ingresso nas universidades e melhores condições de profissionalização. E como consequência disso, admissão no mercado de trabalho, ainda que em condições desfavoráveis em relação aos homens.

O acesso à educação contribuiu consideravelmente, especialmente a partir dos anos 1950 e 1960, na possibilidade das mulheres construírem novas trajetórias biográficas. No entanto, nem sempre estas novas possibilidades de trajetórias femininas encontraram ambientes sociais acessíveis para se desenvolver, uma vez que construídas sobre valores inovadores, se confrontavam com a hegemonia de valores ainda dominantes na sociedade, em especial no interior do nordeste brasileiro onde as raízes patriarcais foram mais duradouras (FALCI, 2008). O que acabava por tornar a experiência de inclusão feminina um projeto ousado e muitas vezes subversivo. A falta de modelos de comportamento com base nesses novos valores trouxe inúmeros desafios às jovens mulheres da geração daqueles anos. Eram elas as que, em seus contextos sociais, iriam avançar naquilo que se chama de mudança da condição feminina. Baseada nas expectativas de uma vida não exclusivamente doméstica, mas também aberta à escolarização e ao trabalho.

A expansão das universidades nos anos de 1970 permitiu maior participação feminina na educação superior. Como desdobramento dessa maior inserção nos cursos universitários, as mulheres passaram a conquistar campos de trabalho antes considerados inapropriados. E em vista disso, a ideia de que lugar da mulher é no lar passou a ser desconstruído.

Por meio da educação superior é possível perceber como as mulheres acessaram novos espaços e novas vivências. Ou seja, ampliaram suas possibilidades de escolhas e de experiências de vida. Nessa mesma perspectiva, Ávila e Portes (2009) observam, com números mais recentes, que em 2005, as mulheres brasileiras representaram 55,5% dos inscritos nos vestibulares, 55% dos ingressantes e 62,2% dos concluintes nos cursos superiores. Os números nos fazem entender que as mulheres alcançaram maior possibilidade de experimentar uma dedicada à realização pessoal, não estritamente no mundo privado. Mas em outros espaços, como no educacional, comprovando que a elas também é possível vivenciar “a ética da realização pessoal” em ambientes antes tidos como hostis ao perfil feminino, naturalizado pelo nosso passado patriarcal.

Por outro lado, ainda segundo Ávila e Portes (2009), ao longo dos últimos 15 anos percebem-se baixos índices de matrícula de mulheres nos cursos de Engenharia (20,3%) e Ciência da Computação (18,8%). Verificando-se que as escolhas dos cursos, sendo construídas ao longo do processo de escolarização das mulheres, ainda delinham áreas demarcadas como sendo mais “femininas” (os cursos de saúde e humanas). Acrescentam os autores que, “é necessário romper com o tom determinista que reduz as escolhas e a existência das mulheres aos efeitos radicais da dominação masculina e questionar as afirmativas que desconsideram seus desejos pessoais e a possibilidade de superação feminina” (ÁVILA E PORTES, 2009, p. 98-99).

RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÕES

Diversas pesquisas já chamaram atenção para o acesso diferenciado de homens e mulheres ao ensino superior. No Brasil, como já dissemos anteriormente, somente a partir do final do século XIX, as mulheres começaram a ingressar na universidade, adquirindo assim, mesmo que tardiamente, o direito de ingressar no ensino superior (ROSEMBERG, 1994).

A inserção feminina no ensino superior foi marcante entre 1956 e 1971 segundo Barroso e Mello (1975), saltando nesse período de 26% para 40%. Apesar do registro desse aumento, as autoras chamam atenção para a desproporção das escolhas, ficando as mulheres com as opções “femininas” construídas ao longo da história, que em especial preparam para o magistério. Em 1971, metade das mulheres que cursavam o ensino superior no Brasil, estava concentrada nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia.

Assim o enfoque de Gênero é fundamental para entender a educação formal e suas articulações com outras instâncias sociais (ROSEMBERG, 1994). Nossa pesquisa ainda em andamento caminha no sentido contrário a uma tendência nacional do crescimento da presença masculina nos cursos “femininos”. Uma razão para essa entrada masculina no magistério a nível nacional seria o atual contexto econômico, marcado pela desaceleração, e redução dos postos de trabalho, obrigando os homens a buscar saída nos espaços antes predominantemente femininos. A nível local na UPE – Mata Norte, ainda tem sido muito tímida esta busca dos homens por cursos considerados femininos. Os dados colhidos até o momento apontam para a confirmação da presença marcante das mulheres nos cursos de Licenciatura, especialmente no de Pedagogia.

Realizamos uma análise entre os dois semestres do ano de 2018 aos cursos ofertados pela Universidade de Pernambuco – *Campus* Mata Norte. Os dados colhidos são de alunos por sexo dos cursos ofertados a noite do primeiro semestre de 2018. Podemos observar que no Curso Letras-Inglês, a preferência foi feminina (33), apesar de a distância ser pequena ao masculino (21). No curso de História a um equilíbrio entre os sexos, sendo 23 do sexo feminino e 24 do sexo masculino. Diferente de Geografia, o qual 38 são do sexo masculino e 18 do feminino. As Ciências Biológicas têm uma pequena disparidade de 10 ingressantes

entre os sexos, sendo assim, 27 são do sexo feminino e 17 do sexo masculino. Todavia no curso de Pedagogia esta disparidade se apresenta de forma maior, de 50 feminino para 6 masculino. E na Matemática temos uma pequena diferença tanto quanto a de Ciências Biológicas, 23 são do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

No período da tarde, apenas três cursos são oferecidos. No curso de Matemática observamos um equilíbrio entre as partes. O que já mostra uma mudança, já que Matemática já apresentou um número superior de alunos do sexo masculino. Já o curso Letras-Espanhol, apresentou um resultado diferente com 27 do sexo feminino e 13 do sexo masculino. No entanto, o curso de Ciências Biológicas do turno da tarde, foi o que mais distanciou homens e mulheres, com 39 alunos do sexo feminino e 9 do sexo masculino.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De modo geral a história das mulheres no Brasil, e as pesquisas culturais mais recentes, nos mostram que a disseminação e inclusive a interiorização de novas normas de comportamento, mais individualizados, não necessariamente eliminam as lógicas mais 'tradicionais'. Antes, é possível perceber – no âmbito da educação, sob a ótica dos lugares em cursos superiores ocupados pelas mulheres no Brasil, verificados pelos números acima - que nossa sociedade continua moderna e tradicional. Ou seja, se por um lado as mulheres conquistaram construir novas trajetórias e vivências, fundadas em escolhas próprias e individualizadas, por outro, continuam se deparando com restrições que persistem em demarcar espaços fechados, ou pelo menos, mais difíceis, para que neles elas possam desenvolver uma vida própria.

A educação, em várias partes do mundo, e no Brasil, se revela como chave no processo de conscientização que permite a mulher fazer frente ativamente a sua própria condição. Com a expansão das oportunidades de reconhecer as especificidades e restrições dos contextos sobre os quais se desenvolve sua vida e enfrentar suas próprias limitações. O desbravamento do campo educacional pelas mulheres brasileiras, ainda que lento, trouxe ganhos consideráveis para lhes promover experiências individualizadas, para além da maternidade e do casamento. Através da educação, e fundamentalmente da educação superior, as mulheres conquistaram postos antes impensáveis, mas, sobretudo, conquistaram maiores possibilidades de fazer escolhas e de construir suas próprias trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ma. Cristina Alves; ALVES, Patricia Formiga M. **As Tecnologias da Informação**. 2008.

ÁVILA, Rebeca; PORTES, Écio. **Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior**. Mal-Estar e Sociedade - Ano II - n. 2 - Barbacena - jun. 2009 - p. 91-106

BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar Nano de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 15, 1975.

BANDEIRA, L & SIQUEIRA, D. **Relações de Gênero nas Ciências Sociais: Um Percuro em Desconstrução**. João Pessoa: DCS/NDIHR/UFPB, 1989.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **La Individualización. El Individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas**. Barcelona: Paidós Estado y Sociedad 114, 2003.

BRUSCHINI, M.C.A. **Mulher, Casa e Família**. São Paulo: Vértice, 1990

_____. **Mulher e Trabalho: Uma Avaliação da Década da Mulher 1975-1985**). In: CARVALHO, V.C (org.): **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988.

CARVALHO, Q. C. **Tecnologia, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

EGITO. Philipe Henrique Teixeira do. **A instrução feminina na capital da Província da Parahyba do Norte: O Colégio de Nossa Senhora das Neves**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2008.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FALCI, Miridan Knox. **Mulheres do sertão nordestino**. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

LAVINAS, L. & CASTRO, M. **Do Feminismo ao Gênero: a Construção de Um Objeto**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

LOBO, E. S. **Relações sociais de Gênero X Relações Sociais de Sexo**. São Paulo : USP., Núcleo de Estudo da mulher e Relações de Gênero, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

MACHADO, Maria das Dores Campos; LINS DE BARROS, Myriam. **Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(2): 369-393, maio-agosto/2009.

MADEIRA, Felícia. (Org.) **Trajatória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ...reclusão**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

OLIVEIRA, A. M. **Debate em Educação**. In: **Tecnologia Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. *et al.* **Mulher e educação formal no Brasil: estudo da arte e bibliografia**. Brasília, INEP, 1990.

SAFFIOTTI, H. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SOARES, Cristiane leal R. **Entre viver para si e viver para os outros: envelhecimento feminino e individualização**. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós graduação em Sociologia. UFPB, 2013.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.